

Paulo Octávio elogia decisão de Itamar Franco

O deputado Paulo Octávio (PRN/DF) fez ontem discurso na Câmara elogiando a decisão do presidente Itamar Franco de revogar a mudança do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) de Brasília para o Rio de Janeiro. "No Brasil de hoje é raro, em matéria de administração pública, surgir uma boa notícia, mas o Diário Oficial do último dia 24 publica decreto que revoga a mudança do DNER para o Rio", disse o deputado, lembrando que decreto anterior estabelecia que o órgão funcionaria provisoriamente no Rio. "Não chegou a haver a mudança, mas o DNER passou de janeiro a março teoricamente em terras cariocas".

De acordo com Paulo Octávio, também provisória e meteórica foi a passagem da ministra Margarida Coimbra pelo Ministério dos Transportes. "Ela deu mostras de limitar suas preocupações com a transferência daquele organismo para o Rio de Janeiro, mesmo sabendo que não havia como abrigar todos os técnicos nas antigas instalações", frisou o deputado.

Paulo Octávio entende que este assunto não pode ser analisado apenas como uma vitória de Brasília, mas também como um princípio que prevalece. "A sede dos órgãos públicos federais deve funcionar na Capital da República e não nos estados". Ele destacou que continuará lutando para trazer os órgãos públicos que ainda permanecem em outros estados. "O Rio de Janeiro, que possui mais funcionários públicos que Brasília, conseguiu seduzir uma diretoria do Banco Central, cujo pretexto para estar lá é sua proximidade da Bolsa de Valores, mas ocorre que o pregão mais movimentado está em São Paulo", disse Paulo Octávio. Além do Banco Central, permanecem no Rio, entre outros órgãos federais, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a Petrobrás e a Vale do Rio Doce.

Segundo Paulo Octávio, na época da mudança, na década de 60, essas instituições conseguiram "driblar a necessidade de vir para o Planalto Central e ficaram à beira-mar plantados". Para o deputado, pior que esses órgãos permanecessem no Rio, no entanto, teria sido o retorno para o Rio de um organismo do Governo Federal, já instalado em Brasília. "Seria um ato estranho a qualquer lógica", salientou Paulo Octávio, acrescentando que a ministra, que não discutia política, "agredia o bom senso".

O presidente Itamar, ainda segundo o pronunciamento do deputado, ouviu seus conselheiros e agiu em duas frentes. Demitiu a ministra, quando foi informado que seu marido "atuava com desenvoltura dentro do DNER à procura de verbas".